

O progressismo militar e a oficialidade reformista do exército: é possível falar em cultura política?

El progresismo militar y los oficiales reformistas del ejército: ¿es posible hablar de cultura política?

Rafael Saad

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

rafaelsaad633@gmail.com

Recebido: 23/03/2026

Aprovado: 17/07/2026

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em apurar a viabilidade de utilizar o conceito de cultura política para analisar a oficialidade reformista do Exército e o seu progressismo militar. Em diálogo com o historiador Guillaume Saes, que examinou o referido grupo em sua dissertação de mestrado, pretendemos adensar a investigação sobre esse coletivo, analisando-o com base no conceito de cultura política. Partindo da definição apresentada pelo historiador Serge Bernstein sobre esta categoria, nossa hipótese é de que tanto a oficialidade reformista do Exército como o progressismo militar podem ser examinados a partir do conceito de cultura política. Como forma de realizar esta investigação utilizaremos como fonte primária o jornal *O MILITAR*, periódico de autoria desses indivíduos. Para examiná-lo, empregaremos uma metodologia de análise de fontes impressas. Ao longo da pesquisa foi possível notar as potencialidades analíticas de tratar o progressismo militar como sendo uma cultura política e a utilidade de mobilizar este conceito para investigar a trajetória da oficialidade reformista e de seu adepto mais notório, o marechal Floriano Peixoto.

Palavras-chaves: Progressismo militar; Oficialidade reformista; Cultura política.

Resumen: El objetivo de este artículo es determinar la viabilidad de utilizar el concepto de cultura política para analizar el cuerpo de oficiales reformistas del Ejército y su progresismo militar. En diálogo con el historiador Guillaume Saes, quien examinó a este grupo en su tesis de maestría, pretendemos profundizar en la investigación de este colectivo, analizándolo desde la perspectiva de la cultura política. Partiendo de la definición presentada por el historiador Serge Bernstein sobre esta categoría, nuestra hipótesis es que tanto el cuerpo de oficiales reformistas del Ejército como el progresismo militar pueden examinarse desde la perspectiva de la cultura política. Para llevar a cabo esta investigación, utilizaremos como fuente primaria el periódico *O MILITAR*, una publicación escrita por estos individuos. Para su análisis, emplearemos una metodología de análisis de fuentes impresas. A lo largo de la investigación, fue posible observar el potencial analítico de tratar el progresismo militar como una cultura política y la utilidad de movilizar este concepto para investigar la trayectoria del cuerpo de oficiales reformistas y su defensor más notorio, el mariscal Floriano Peixoto.

Palabras clave: Progresismo militar; Cuerpo de oficiales reformistas; Cultura política.

Introdução

O ano de 1850 foi um marco de grandes mudanças para o Império brasileiro. Nesse ano foi decretada a Lei Eusébio de Queirós, lei responsável por extinguir o tráfico negreiro para o Brasil, mas que não se propunha a abolir a escravidão (Salles, 2012, p. 11 e 42). Ainda em 1850 foi decretada a Lei de Terras, outra medida de grande impacto em virtude de sua intenção de organizar a estrutura fundiária brasileira e, portanto, envolver o Estado Imperial em querelas com os grandes possuidores de terras (Motta, 1998, p. 161). Ademais, uma outra lei, embora menos famosa, também foi decretada em 1850, a saber: a Lei de Promoções do Exército. Como veremos mais à frente, essa lei foi de suma importância para propiciar uma formação mais moderna para os indivíduos que ingressaram na Escola Militar da Corte após 1850 e desenvolver, em parte deles, uma postura mais crítica para com a Monarquia e a elite imperial.

Criada com o objetivo de regular as promoções de jovens militares para os altos escalões do Exército, a Lei de Promoções produziu consequências não previstas para a caserna e para o Império. O estabelecimento de uma formação moderna e profissionalizada não apenas aperfeiçoou a qualificação profissional dos oficiais, como também tendencialmente os estimulou a se interessar por temáticas não propriamente militares, como o desenvolvimento nacional e a industrialização do Brasil (Saes, 2009, p. 2; Saes, 2011, p. 36-38). Adeptos do progressismo militar, a oficialidade reformista foi o grupo que emergiu na Escola Militar da Corte em razão dos efeitos produzidos pela Lei de Promoções do Exército. Será este coletivo que buscaremos examinar no presente artigo à luz do conceito de cultura política.

A temática do atual trabalho insere-se no bojo da pesquisa que recentemente finalizamos no curso de mestrado. Nesta, nosso objetivo consistiu em realizar uma análise dos anos iniciais da República, tendo como foco compreender quais foram as motivações e os interesses do Congresso Constituinte de 1891 em eleger Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto como presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente. Embora ambos fossem militares, representavam grupos, valores, projetos e interesses distintos. Essas diferenças foram expressas a partir das políticas econômicas dissemelhantes tocadas por cada um deles quando à frente da Presidência da República.

A justificativa para a escrita do presente artigo esteve em avançar na compreensão de que os oficiais adeptos do progressismo militar possuíam uma mentalidade distinta da cultivada por militares

mais conservadores e aderentes em relação à Monarquia. Desejávamos também investigar, de forma mais pormenorizada, o que significava cultivar esta mentalidade diferente e as consequências que a mesma acarretava. Acreditávamos então que, a partir das contribuições produzidas por este artigo, seria possível compreender de forma mais frutífera o fator primordial responsável por antagonizar os dois primeiros presidentes do Brasil. Dito de outra forma, seria possível observar como a política econômica de Floriano Peixoto, baseada nos princípios do progressismo militar, contrastava com a de Deodoro, concebida para agraciar as elites do regime recém deposto.

Como forma de finalizar esta seção, vale a pena indicarmos a metodologia, as fontes, e os conceitos que utilizamos para elaborar o presente artigo. Os conceitos aplicados foram basicamente dois, a saber: progressismo militar e cultura política. Em razão dos diversos prismas pelos quais a cultura política pode ser mobilizada, utilizamos os apontamentos de Serge Bernstein, historiador francês ligado à renovação da história política dirigida por René Rémond, para operar com o referido conceito.

A principal fonte utilizada foi o jornal *O MILITAR*, periódico de autoria dos oficiais reformistas que estudaram na Escola Militar da Corte após 1850. Este impresso, composto por 27 edições, encontra-se disponível de forma online na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A importância desta folha, como veremos, está no fato de conter as ideias e propostas formuladas pelos adeptos do progressismo militar. Em razão de constituir a principal fonte de nosso artigo, faz-se necessário tecermos alguns comentários sobre a metodologia que empregamos para trabalhar com fontes impressas.

Devido ao registro diário/semanal/quinzenal que realizam da vida cotidiana ou de alguma temática específica, os jornais apresentam uma gama de possibilidades para a compreensão do passado. Isto não quer dizer, porém, que os periódicos são registros fidedignos de “como o passado de fato ocorreu”, e nem que são meros instrumentos de manipulação, interpretações estas que impediriam quaisquer potencialidades do uso destas fontes. Na verdade, entendemos os fatos registrados pelos jornais como sendo construções, em que a busca pela objetividade se faz presente de forma relativa e não absoluta (Capelato, 1988, p. 20-22).

Para compreendermos como se dá o processo de construção de um fato jornalístico é necessário levarmos em consideração a subjetividade do indivíduo que o produz, as condições dessa produção, bem como os interesses aos quais o jornal está vinculado. Através do emprego de maiores

esforços, não para analisar se a informação contida no jornal consiste exatamente em como se deu o fato narrado, mas sim para compreender quem produziu o periódico, para quê, como e quando, é que iremos utilizar *O MILITAR* como fonte histórica para captar as ideias em movimento no seu referido contexto de publicação (Capelato, 1988, p. 21-24).

Vejamos então duas características fundamentais dos jornais publicados no século XIX que também ajudam a explicar o porquê de utilizarmos *O MILITAR* como fonte em nosso artigo. O primeiro aspecto seria o papel de agente histórico que o jornal exerce. Entendemos o impresso como sendo um agente histórico em virtude do periódico não apenas realizar o registro dos fatos, mas também por buscar atuar na realidade presente (Morel, 2014, p. 20). Esta atuação pode ser percebida pela presença de projetos, valores e ideias contidas no jornal, que interagem com o contexto no qual ele está inserido visando produzir modificações no cenário político e social (De Luca, 2008, p. 133; Guimarães, 2021, p. 8).

Relacionada com a primeira característica estaria a segunda, a saber: o periódico como espaço de participação política. Por meio dos jornais seria possível para determinados grupos expressarem seus projetos, críticas e valores de forma a se posicionarem em seu contexto político. Esta manifestação de ideias permitiria que grupos alijados dos canais formais da política, e sem representação, pudessem se inserir no cenário político expondo suas reivindicações (Morel, 2014, p. 23).

Um último elemento que desejamos ressaltar sobre nossa metodologia de trabalho com fontes impressas diz respeito ao que virou notícia em um jornal. Em outras palavras, é preciso levar em consideração o trabalho de interpretação, seleção, narração e estruturação que um periódico realiza, de uma determinada maneira, para fazer com que um determinado acontecimento se torne notícia (De Luca, 2008, p. 139). Não queremos, contudo, questionar o caráter dos jornais de forma a obstaculizar os seus usos como fontes históricas. Na verdade, desejamos apenas indicar que não há neutralidade na elaboração de um periódico, e que, a decisão sobre o que vai ou não ser publicado e maneira como isto será feito, está inserido em um complexo trabalho de seleção e escolhas feitas pelos responsáveis pelo jornal. Embora nem sempre tais motivações sejam esclarecidas para o público, cabe ao historiador elucidá-las (De Luca, 2008, p. 140-141).

Os efeitos da Lei de Promoções do Exército de 1850 e a formação da oficialidade reformista

A década de 1850 inaugurou um novo momento no Exército brasileiro. Durante esses anos, o ensino militar passou por um processo de profissionalização voltado a modernizar a formação dos oficiais da caserna. Como efeito colateral e inesperado dessas mudanças ocorreu o surgimento e a consolidação de um grupo de oficiais portadores de ideias disruptivas e hostis à elite imperial brasileira. Se as reivindicações desse coletivo produziram ressonâncias que ecoaram não apenas no meio militar, o estopim desencadeador de todo esse processo foi a Lei de Promoções do Exército, reforma que analisaremos a seguir.

Em 1850, após 4 anos de debate no Congresso, foi aprovada a Lei nº 585 de 6 de setembro. Seu objetivo era impedir que oficiais mais jovens, e bem relacionados, obtivessem promoções para os altos escalões antes do tempo devido (Saes, 2005, p. 22-23; Silva, 2020, p. 15-16). Como forma de extinguir esse sistema aristocrático de promoções que se pautava nas origens e relações sociais de um indivíduo, a reforma estipulou que a ascensão a postos mais elevados deveria ter como critério somente a antiguidade e o mérito. Ademais, essa Lei também buscou estimular que os oficiais das armas técnicas/científicas (artilharia, estado-maior e engenharia) concluíssem o curso universitário de sua respectiva arma, pois o estudo seria o critério para as promoções até o posto de major. Ainda no que tange a questão do estímulo à instrução, a Lei determinava que em caso de oficiais com a mesma antiguidade no serviço, a preferência na promoção para as armas de combate (infantaria e cavalaria) seria daqueles que possuísem diploma (Schulz, 2023, p. 29).

Embora a reforma não tenha conseguido vencer por completo o antigo sistema aristocrático de promoções, ela conseguiu estipular critérios mais rígidos de antiguidade, mérito e estudos, de forma a avançar no processo de transformação intelectual e de modificação da origem social dos oficiais. Em outras palavras, a Lei iniciou o processo de profissionalização da carreira militar, em que a oficialidade foi deixando paulatinamente de ser somente um grupo privilegiado da sociedade tradicional, hierarquizada e escravocrata da 2ª metade do século XIX, para se converter em uma corporação profissionalizada (Schulz, 2023, p. 30).

A imposição de critérios mais rigorosos e a profissionalização da carreira militar foram responsáveis também por produzir uma lentidão inédita nas promoções de sujeitos oriundos das camadas mais elevadas da sociedade e que detinham importantes relações sociais. Esse aspecto, que

pode ser considerado um exemplo da eficácia da Lei, foi fundamental para coibir o desejo de indivíduos das camadas mais abastadas da sociedade de seguir a carreira militar, pois tal demora para a ascensão não existia em cargos políticos e administrativos (Schulz, 2023, p. 31-32).

Para além deste objetivo principal, o que nos interessa sobre a Lei de Promoções é verificar como acabou sendo um ponto de virada dentro do Exército no que tange a formação. Em outras palavras, enquanto que os oficiais que estudaram na Escola Militar da Corte antes da reforma obtiveram uma formação mais obsoleta e tendencialmente apresentavam posições mais aderentes em relação à Monarquia, os que a frequentaram no pós-1850 passaram por uma formação moderna e obtiveram melhor educação, tendendo a apresentar posições progressistas e contestatórias em relação ao governo imperial (Saes, 2005, p. 25-26).

Como resultado da modificação no processo de formação, parte dos oficiais que ingressaram no Exército após 1850 e realizaram seus estudos na Escola Militar da Corte formaram o grupo que identificamos como sendo a oficialidade reformista (Saes, 2005, p. 22-24). Contudo, é preciso destacar que não desejamos, a partir desta observação sobre a mudança na formação militar, afirmar que o comportamento político dos indivíduos estivesse determinado somente pelo momento em que estudaram na Escola Militar da Corte, mas sim, indicar como as mudanças internas na formação dos oficiais tiveram influências em seus ideais políticos.

Antes de avançarmos, faz-se necessário realizarmos um esclarecimento sobre a composição da oficialidade reformista. A indicação de que o grupo era formado por parte e não por todos os indivíduos que estudaram na Escola Militar da Corte após 1850 não é um preciosismo. Isto porque, o contato com uma formação moderna não significava, necessariamente, que um indivíduo desenvolveria uma mentalidade diferente da de um sujeito que obteve uma formação antiquada. Na verdade, isso era apenas uma tendência.

Por outro lado, é preciso destacar que o grupo dos oficiais reformistas não era composto somente por jovens que estudaram na Escola Militar da Corte após 1850. A razão disso estava na grande heterogeneidade presente na escola, um local onde coexistiam alunos que haviam adentrado no Exército em diferentes anos e que possuíam idades e patentes militares distintas (Souza, 2013, p. 14-15). Essa realidade foi exacerbada pela Lei de Promoções, responsável por fazer com que mais oficiais que haviam ingressado na caserna antes de 1850 passassem a frequentar os cursos ministrados na referida instituição. O motivo disso residia no estímulo que os antigos oficiais

subalternos passaram a ter para realizarem os cursos de suas respectivas armas e obterem os diplomas, pois, a partir de 1850, os estudos se tornaram um critério para a progressão na carreira. Por conta desse movimento, parte dos oficiais que ingressaram no Exército antes da Lei de Promoções, mas frequentaram a Escola Militar após 1850 e tiveram contato com uma formação moderna, também fizeram parte da oficialidade reformista (Souza, 2013, p. 15).

Feito este esclarecimento, podemos prosseguir. A principal característica da oficialidade reformista residia em sua adesão ao progressismo militar. Este conceito refere-se a luta pela implementação de reformas estruturais na sociedade imperial, tais como: o fim da escravidão; o estímulo à imigração europeia como forma de substituir o trabalho dos escravizados; a melhoria da infraestrutura do país (isto por meio da criação de portos, estradas, telégrafos e ferrovias); o desenvolvimento industrial; uma transformação na representação nacional de forma que ficasse mais consoante com a vontade popular; além de medidas que versavam especialmente sobre a caserna, como a melhoria nos salários e nas condições de trabalho dos oficiais; e a introdução do recrutamento militar obrigatório (Saes, 2005, p. 22-24; Schulz, 2023, p. 18-19). Estas reivindicações, bem como outros assuntos relacionados ao Exército e à Escola Militar da Corte, ficaram sintetizados no jornal *O MILITAR*, publicação de autoria dos oficiais reformistas.

Se uma das características presentes nos jornais publicados no século XIX era o papel de agente histórico que eles exerciam, ao defender a implementação de uma série de reformas estruturais na sociedade imperial *O MILITAR* estava não apenas realizando um diagnóstico dos problemas existentes em seu contexto, como também apresentando o seu projeto para solucioná-los. Em outras palavras, pela intenção de transformar o cenário político e social no qual estava inserido, através da concretização de seus ideais, *O MILITAR* estava atuando como um agente histórico de sua conjuntura.

Outro aspecto significativo deste periódico, e indicativo da importância que apresenta para nossa pesquisa e para este artigo em particular, era a possibilidade que abria para a participação política. Os responsáveis pelo *O MILITAR* possuíam um diagnóstico preciso das mazelas do Brasil e do Exército, bem como apresentavam soluções para tais questões. Contudo, como ressaltado no jornal, os oficiais subalternos e os praças não tinham representação nos canais formais da política (*O Militar*, 1854, 4ª ed., p. 2). Frente a este cenário, o periódico aparecia como o principal meio para estes militares se inserirem em seu contexto político e expressarem as suas reivindicações.

Em virtude da importância que esse periódico detém para que possamos investigar o pensamento da oficialidade reformista, vale a pena realizarmos alguns apontamentos sobre o mesmo. Um primeiro elemento a ser citado sobre *O MILITAR* seria a sua curta duração. O jornal circulou de 1854 a 1861, de forma interrupta, com seus exemplares contemplando somente os anos de 1854-1855 e 1860-1861. Embora nas edições a que tivemos acesso não exista uma explicação exata do porquê houve um hiato entre os dois momentos em que a folha esteve em circulação, e nem uma justificativa que indique a razão dela ter cessado definitivamente a partir de fevereiro de 1861, é possível observarmos alguns indícios que ajudam a explicar essas questões. Em repetidas ocasiões o periódico indicou que não recebia nenhum tipo de ajuda para manter suas atividades, sendo estas financiadas somente com o dinheiro obtido a partir da venda de suas assinaturas (*O Militar*, 1860, 68ª ed., p. 4; *O Militar*, 1861, 70ª ed., p. 1).

As tarefas pertinentes à própria carreira militar constituíam outro elemento que também poderia concorrer para obstaculizar à publicação do jornal. Um exemplo disso seria a eventualidade de um deslocamento geográfico inesperado. Diante da possibilidade de serem repentinamente nomeados para assumir uma comissão em qualquer província do Brasil, os militares não tinham garantia de por quanto tempo ficariam residindo no local onde se encontravam (Schulz, 2023, p. 34). Tal imprevisibilidade é o que explica o retardo na publicação da 70ª edição do jornal. Neste número, foi relatado que o atraso se deveu ao fato de que os responsáveis pelo periódico tiveram que se ausentar do Rio de Janeiro de forma imprevista, não conseguindo encontrar em tempo hábil um substituto para efetivar a publicação da nova edição (*O Militar*, 1861, 70ª ed., p. 4). Dessa forma, acreditamos que as dificuldades financeiras, bem como certas peculiaridades da própria carreira militar, possam ser as razões que explicam os problemas pelo quais o jornal passou e que culminaram em seu encerramento.

Um segundo apontamento a ser feito em relação à folha *O MILITAR* seria sobre o contexto no qual foi publicada. O jornal circulou em um período no qual o Exército e o ensino militar passavam por importantes mudanças. Sua primeira fase (1854-1855) transcorreu no mesmo momento em que os efeitos da Lei de Promoções de 1850 começavam a se fazer sentir na caserna. O próprio nascimento do periódico e as reivindicações que foram expostas por seus redatores, são fortes indicativos de como a referida Lei estava modificando a formação e, consequentemente, a mentalidade dos oficiais.

Em sua segunda fase (1860-1861), uma nova grande mudança havia ocorrido no Exército, ou seja, o desdobramento do ensino militar em duas instituições. O objetivo desta divisão era expandir e profissionalizar o ensino destinado a formar os oficiais (Castro, 1995, p. 43; Motta, 2001, p. 105-108). Para além da Escola Militar da Corte, que a partir de 1858 passou a se chamar Escola Central, os militares deveriam estudar também na Escola de Aplicação do Exército, criada em 1855 (Motta, 2001, p. 112-113; Telles, 1994, p. 106). Contudo, vale destacar que mesmo com esse desdobramento, o jornal continuou sendo de responsabilidade dos oficiais que estudavam na antiga Escola Militar da Corte.

Ainda que *O MILITAR* tenha publicado matérias relacionadas à criação da Escola de Aplicação, seus possíveis benefícios para os oficiais e os problemas que esta instituição vinha enfrentando em seu funcionamento (*O Militar*, 1855, 15ª ed., p. 4-5; *O Militar*, 1855, 23ª ed., p. 4), é possível notar que tais temas não foram recorrentes no periódico. Mesmo após o desdobramento o jornal permaneceu abordando, de forma constante, o cotidiano e as mazelas da Escola Militar, tratando inclusive de seus aspectos mais íntimos. Um exemplo disto pode ser observado na edição nº12, fascículo em que o periódico noticiou a morte do tenente coronel Joaquim José D'Oliveira, sujeito que havia sido aluno e professor da Escola Militar. Neste número, para além de informar o falecimento e homenagear o referido oficial nas três primeiras páginas, *O MILITAR*, objetivando demonstrar que estava de luto, publicou as demais folhas em branco (*O Militar*, 1855, 12ª ed., p. 1-8).

Um último apontamento a ser feito sobre *O MILITAR* seria indicar qual era o grupo que desejava representar. Embora isso possa parecer evidente tendo em vista o nome do periódico, essa questão não é tão simples. Se em determinados momentos o jornal se apresentou como representante do Exército, ou da classe militar, em outros mobilizou um grupo específico de militares, ou seja, os oficiais inferiores e os praças. Para que seja possível compreendermos melhor essa questão, faz-se necessário observarmos o que a oficialidade reformista entendia como sendo o Exército. Como veremos mais à frente, os responsáveis pelo jornal culpavam a elite imperial, composta em grande parte por legistas, bacharéis formados em faculdades de direito, pelas mazelas e problemas enfrentados pelo Brasil e pela caserna (Fausto, 2015, p. 197). No entanto, no que concerne especificamente ao Exército, havia um outro grupo que a oficialidade reformista também responsabilizava pelas adversidades enfrentadas, a saber: os oficiais superiores/generais (*O Militar*, 1855, 15ª ed., p. 7-8).

Antes da criação da Lei de Promoções de 1850, o Exército era uma instituição na qual as origens e as relações sociais que um indivíduo cultivava eram vitais para determinar o ritmo em que iria progredir na carreira militar. Isso criava um cenário no qual os oficiais superiores/generais eram sujeitos que descendiam de famílias tradicionais, com fortes envolvimento na política (Souza, 2013, p. 19). Em razão de serem oriundos das camadas mais abastadas da sociedade e conviverem nos mesmos ambientes políticos que a elite imperial, os oficiais superiores/generais eram vistos como indivíduos não interessados em solucionar os problemas enfrentados pela caserna. Por conta dessa posição “egoísta” (O Militar, 1854, 2ª ed., p. 2), a oficialidade reformista não os incluía no seu entendimento do que era o Exército ou a classe militar. Em outras palavras, para a oficialidade reformista, o Exército, o “verdadeiro Exército”, era composto somente pelos oficiais inferiores e os praças (Souza, 2013, p. 19).

Ao mesmo tempo em que indicava o que seria a classe militar, o jornal também se vinculava com ela, apresentando-se como um periódico representativo dos oficiais subalternos e dos praças (Schulz, 2023, p. 18-20; Souza, 2013, p. 15 e 18-19). Adiante, quando estivermos analisando a possibilidade de uso do conceito de “cultura política” para examinar a oficialidade reformista, voltaremos a essa questão. Por ora, desejamos apenas sinalizar que o jornal demarcava claramente a partir de qual posição estava se expressando e qual grupo buscava representar.

O progressismo militar foi uma expressão de cultura política existente no Brasil da 2ª metade do século XIX?

A oficialidade reformista do Exército e o progressismo militar foram temas estudados por Guillaume Saes em *A República e a Espada: a primeira década republicana e o Florianismo*. Ainda que não constituíssem o objeto central de sua pesquisa, as reflexões produzidas por esse historiador foram de suma relevância para a compreensão sobre esses militares e suas características. Em diálogo com Saes e objetivando adensar a investigação sobre a oficialidade reformista, acreditamos que o progressismo militar, por suas particularidades, pode ser melhor entendido através do emprego de um escopo teórico específico. Trata-se do conceito de cultura política.

Em razão dos diversos prismas pelos quais o conceito de cultura política pode ser mobilizado, é válido indicarmos qual definição iremos adotar. Para a elaboração do presente artigo utilizaremos os apontamentos de Serge Bernstein, historiador francês ligado a renovação da história

política dirigida por René Rémond, para operar com o referido conceito (Motta, 2009, p. 18-19). De acordo com Serge Berstein, a cultura política é um fenômeno que surgiu objetivando ser uma ferramenta que possibilite aos historiadores do político explicarem o porquê de os indivíduos adotarem um determinado comportamento político (Berstein, 1998, p. 349). No entanto, isto não quer dizer que a cultura política ofereça uma explicação única sobre o porquê de os indivíduos adotarem um determinado comportamento, mas sim que, por ser um fenômeno de diversos parâmetros pode acomodar-se a complexidade das ações dos homens (Berstein, 1998, p. 350).

Um segundo aspecto a ser destacado sobre a cultura política seria a sua composição. Este fenômeno pode ser definido como um conjunto homogêneo composto de elementos diferentes em interação, responsáveis por criar uma determinada identidade que será utilizada pelos indivíduos que forem adeptos da referida cultura política (Berstein, 1998, p. 350-351). Dentre os elementos que constituem esse fenômeno cabe mencionar: normas, tradições, valores e práticas, que serão representadas a partir de gestos, símbolos, hinos, ritos, objetos e um determinado vocabulário. Observa-se então como a representação é um aspecto fundamental, responsável por permitir que um indivíduo reclame determinada cultura política (Berstein, 1998, p. 350-351).

No caso dos adeptos do progressismo militar, um dos elementos mais importantes de sua identidade era o fato de terem frequentado a Escola Militar da Corte/Central após 1850 e, conseqüentemente, terem tido contato com a nova formação instituída pela Lei de Promoções. Outro aspecto de grande relevância presente em sua identidade era a leitura meritória que realizavam sobre a história do Exército. Em seu entendimento, mesmo privado das melhores condições financeiras, materiais e de trabalho, o Exército sempre se dedicou incansavelmente a lutar em prol do Brasil e a defendê-lo. No entanto, ainda que contasse com um amplo histórico de serviços prestados em benefício da pátria, a caserna era constantemente desprezada e desdenhada pela elite imperial (O Militar, 1854, 4ª ed., p. 2). Frente a esta situação, os oficiais reformistas idealizavam um futuro diferente para si e para o Brasil. Nesta projeção, o domínio exclusivo que tal elite exercia sobre o governo imperial chegaria ao seu fim (O Militar, 1855, 19ª ed., p. 2). Decrépito e sem condições de se sustentar, este domínio seria substituído por um comando imaculado a ser exercido pelos grupos que por anos foram vítimas do monopólio dos leigos sobre o governo. Para além dos militares, o novo controle seria operado também pela classe mercantil, agrícola, industrial, médica e artística. O resultado dessa nova composição seria a formação de um comando harmônico das classes, destinado a gerir os rumos políticos do Império (O Militar, 1855, 19ª ed., p. 2).

Se a aversão a elite imperial era parte importante da identidade do grupo, a repulsa aos oficiais superiores e generais também era. Apresentando uma compreensão particular sobre a composição da classe militar, na qual o “verdadeiro Exército” seria composto somente pelos praças e oficiais subalternos, a oficialidade reformista se colocava em contraste com as chamadas “capacidades militares”, ou seja, os oficiais superiores/generais. Em seu entendimento, a culpa pelos problemas do Exército não era exclusiva da elite imperial, mas também das “capacidades militares”, responsáveis pelo estado de abandono em que a caserna se encontrava (O Militar, 1854, 2ª ed., p. 2; O Militar, 1855, 22ª ed., p. 5). Em razão dessa posição, podemos constatar que a identidade produzida pela cultura política do progressismo militar não poderia ser reivindicada por qualquer militar, mas sim, por determinados praças e oficiais inferiores que frequentaram a Escola Militar da Corte/Central após 1850.

Feita essa explicação sobre o que seria uma cultura política, faz-se necessário compreender como nascem. Segundo Berstein, uma cultura política nasce a partir das respostas que são dadas para uma sociedade frente aos problemas e crises pelas quais a mesma está passando (Berstein, 1998, p. 355). Contudo, este processo não é rápido. Em outras palavras, as respostas de uma cultura política não são prontamente aderidas assim que surgem, sendo preciso um tempo de maturação, por vezes de décadas, para se imporem na sociedade em forma de política normativa (Berstein, 1998, p. 355-356). Ademais, vale ressaltar que estas que respostas não são unânimes pois, diante dos mesmos problemas, podem surgir culturas políticas com soluções diferentes (Berstein, 1998, p. 355).

Em razão de não existir uma solução única para as comoções enfrentadas por uma sociedade, a cultura política do progressismo militar consistiria na resposta elaborada pelos oficiais reformistas frente aos problemas que detectavam no Brasil da 2ª metade do século XIX. Dentre tais óbices estariam: a manutenção da escravidão, a diminuta entrada de imigrantes europeus, o baixo desenvolvimento industrial, a precária infraestrutura do país, uma representação nacional pouco condizente com o desejo da população, bem como adversidades específicas relacionadas com as condições de vida e de trabalho dos militares (Saes, 2005, p. 22-24; Schulz, 2023, p. 18-19).

Embora surjam como respostas, as culturas políticas não são fixas, mas sim um fenômeno evolutivo que precisa se adequar frente às transformações da sociedade na qual estão inseridas (Berstein, 1998, p. 357-358). Outro motivo responsável por provocar tais adaptabilidades seriam as influências que as culturas políticas exercem entre si. Esta evolução, contudo, não é um movimento simples pois requer que uma cultura política se defronte com os valores e normas que são a base de

sua identidade, elementos responsáveis pela influência que possuem em seus adeptos (Berstein, 1998, p. 358-359). No entanto, a não adaptação ou a não apresentação de respostas convincentes por uma cultura política, pode levá-la a perder relevância e até mesmo não sobreviver (Berstein, 1998, p. 358).

Com exceção talvez dos problemas específicos relacionadas à caserna e aos militares, seria factível apontar que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil eram percebidas por outros grupos para além da oficialidade reformista. Nesse cenário, é provável que outras culturas políticas existentes na 2ª metade do oitocentos partilhassem certos valores e reivindicações cultivados pelo progressismo militar. Essa convivência com outras congêneres poderia produzir um movimento no qual o progressismo militar, condicionado por estas, seria impelido a se adaptar, como também o inverso.

Ainda no que concerne a esse caráter de transformação, seria muito interessante observar como a cultura política do progressismo militar reagiu frente a uma grande mudança ocorrida em 1888, ou seja, a abolição da escravidão no Brasil. Isto porque, com o fim do cativeiro, um dos grandes anseios da oficialidade reformista tornou-se realidade, logo, seria natural que novas reivindicações e desejos emergissem diante deste novo cenário. No entanto, em virtude do jornal *O MILITAR* ter cessado bem antes da abolição, não sabemos como os oficiais reformistas comportaram-se, enquanto grupo, a este fato. Se o término do periódico representa um obstáculo na tentativa de investigar como os partidários do progressismo militar reagiram frente ao fim do cativeiro, analisar a atuação de um dos principais adeptos dessa cultura política durante o contexto posterior ao da Abolição da escravidão e da queda da Monarquia pode ajudar a esclarecer essa questão. O sujeito ao qual nos referimos foi o 2º presidente da República, o marechal Floriano Peixoto.

Floriano Peixoto adentrou a Escola Central do Exército em 1858, momento de hiato entre as duas fases do jornal *O MILITAR*. Após três anos de estudo ele concluiu o curso e passou a compor, em dezembro de 1861, o corpo de artilharia (Lemos, 2015, p.1). Para além de conviver em um espaço em que a formação do Exército estava se renovando, Floriano pode estar no mesmo ambiente em que as ideias da oficialidade reformista circulavam e presenciar a segunda fase de seu periódico. Isto posto, o que nos interessa observar é que quando esteve à frente da Presidência da República, Floriano buscou concretizar os mesmos postulados que eram propugnados pelo jornal. Dentre as propostas defendidas pelo presidente para aprofundar o desenvolvimento do país, cabe destacar: o aperfeiçoamento da infraestrutura, o incentivo à imigração europeia, o avanço no processo de industrialização, bem como medidas específicas voltadas para modernizar a estrutura das

forças armadas brasileiras (Saes, 2005, p. 35-36 e 39). Nota-se, então, que a cultura política do progressismo militar e suas ideias mantiveram-se influentes, não apenas no Exército, décadas após *O MILITAR* parar de circular.

O progressismo militar teve em Floriano Peixoto o seu adepto de maior destaque e aquele que deteve as maiores possibilidades de atender as reivindicações dos oficiais reformistas. No entanto, em virtude dos levantes que emergiram durante seu mandato, a Revolta da Armada (1893-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895), Floriano foi impelido a centrar grande parte de sua atenção e do orçamento do governo para combatê-los, o que diminuiu consideravelmente as possibilidades de concretizar as reformas que desejava (Schulz, 2023, p. 196-197).

A trajetória de Floriano nos anos finais do século XIX é reveladora de que, após a conquista da abolição da escravidão, um oficial adepto do progressismo militar continuou defendendo a implementação das mesmas reformas estruturais que já eram pleiteadas pelo periódico *O MILITAR* na 2ª metade do século XIX. Pode-se dizer que o fim do cativeiro significou a concretização de uma importante reivindicação dos oficiais reformistas, no entanto, ainda haviam outras providências que precisavam ser materializadas.

Mais do que uma pista sobre o possível comportamento dos oficiais reformistas diante da abolição da escravidão, a trajetória de Floriano também é crucial para que possamos tratar o progressismo militar como sendo uma cultura política. A razão disso deve-se ao tempo necessário para se impor como política normativa. Ainda que tenha indicado que o prazo mínimo seria de duas gerações, Serge Berstein não explicou em pormenores a quantos anos ou décadas corresponderia esse período (Berstein, 1998, p. 356). No que tange aos oficiais reformistas, vimos que seu periódico teve duas fases, a saber: 1854-1855 e 1860-1861. Se tivéssemos como base somente estes 7 anos que separam a primeira edição do jornal da última a que tivemos acesso, fatalmente isto impossibilitaria o manejo do conceito para tratar do progressismo militar, visto que, a cultura política não é compatível com a análise de fenômenos efêmeros (Motta, 2009, p. 22). No entanto, o fato de Floriano Peixoto partilhar das mesmas ideias presentes no jornal e tentar concretizá-las durante os anos em que esteve à frente da Presidência da República, é um indício de que a cultura política do progressismo militar continuou viva mesmo após o fim do periódico.

Apresentado o conceito e suas principais características, faz-se necessário pontuarmos qual é a principal aplicação da categoria. Segundo Serge Berstein, a utilidade da cultura política consistiria

em ela ser o núcleo duro responsável por determinar o comportamento político adotado pelos indivíduos (Berstein, 1998, p. 359 e 361). No entanto, se a cultura política for responsável por determinar o comportamento político de um indivíduo, tal fenômeno é ao mesmo tempo individual e coletivo. Em outras palavras, pelo fato de ser algo interiorizado pelo sujeito a cultura política seria um fenômeno individual, mas pelo fato de ser partilhado por outros indivíduos que reivindicam os mesmos valores e passaram pelas mesmas experiências, seria um fenômeno coletivo (Berstein, 1998, p. 359-361). O partilhar de uma mesma cultura política faz com que seus adeptos adotem determinada visão de mundo, que proporciona uma leitura igual do passado e projeta uma mesma perspectiva de futuro (Berstein, 1998, p. 350-351 e 361). Em virtude do papel que este conceito cumpre para determinar o comportamento político a ser adotado pelos sujeitos, é que entendemos o progressismo militar como uma expressão de cultura política. Um exemplo que corrobora isso pode ser observado na atuação que os indivíduos inseridos nessa cultura política tiveram no caso do celibato militar, episódio que analisaremos a seguir.

O progressismo militar na prática: seu papel para inspirar comportamentos políticos

Para que fosse possível mobilizar o conceito de cultura política para analisar a oficialidade reformista do Exército e o seu progressismo militar, foi necessário averiguar se estes se enquadravam na descrição realizada por Serge Berstein. Se o progressismo militar pode ser retratado como sendo um fenômeno simultaneamente individual e coletivo, responsável por criar uma identidade para seus adeptos, proporcionar uma leitura comum de passado e projeção igual de futuro, sua capacidade de orientar o comportamento político adotado pelos sujeitos, a principal função de uma cultura política, foi comprovada pelo caso do celibato militar.

O celibato militar foi a alcunha que a oficialidade reformista elaborou, em seu jornal, para a tentativa do Governo imperial de regulamentar o casamento dos oficiais de patentes inferiores do Exército e da Marinha. Essa tentativa se deu em 1854, a partir de um projeto de lei apresentado pelo deputado João Manuel Pereira da Silva. Segundo este projeto, os oficiais, com exceção dos superiores e dos generais, estariam proibidos de contrair matrimônio sem o consentimento prévio do ministro da Guerra (O Militar, 1854, 3ª ed., p. 7). O objetivo almejado com tal proibição era diminuir os gastos que o Estado Imperial tinha com as pensões que eram pagas às viúvas dos oficiais (Schulz, 2023, p. 40-41).

Para além da intenção de desencorajar que os oficiais inferiores se casassem, esse projeto possuía uma outra característica que muito incomodou a oficialidade reformista: a sua não generalização para outros grupos (O Militar, 1854, 4ª ed., p. 4). Em outras palavras, o projeto não visou impedir que todos os sujeitos que não possuísem renda suficiente para se casarem, ou para deixarem uma herança razoável para que suas mulheres e filhos se sustentassem, contraíssem matrimônio. Na verdade, o único grupo que tal proibição visava eram os oficiais inferiores do Exército e da Marinha. Essa exclusividade foi um elemento que gerou grande desconforto na oficialidade reformista, pois sentiam que o Estado Imperial desejava economizar dinheiro à custa de impedir que os militares de patentes inferiores formassem família.

Frente a esse caso, a oficialidade reformista não apenas utilizou de seu jornal para empreender uma intensa campanha contra o projeto, como também realizou uma outra ação bastante reveladora de seu comportamento político e da conexão deste com a cultura política do progressismo militar, a saber: o protesto no interior do Congresso. No dia em que o projeto sobre o casamento dos oficiais inferiores seria votado, a oficialidade reformista se fez presente na Câmara dos Deputados para acompanhar o processo. Assim que a proposta começou a ser debatida, os oficiais iniciaram um poderoso protesto sonoro que interrompeu a continuidade da sessão. Tal protesto consistiu em pisar fortemente no chão de forma a produzir um barulho excessivo que impossibilitasse as discussões dos deputados (Souza, 2013, p. 13).

Embora os oficiais reformistas tenham conseguido a vitória nessa demanda, pois o projeto de lei não foi aprovado (Schulz, 2023, p. 41), o que mais nos interessa nesse episódio é observar as ações políticas desses sujeitos. Afinal, o caso do celibato militar foi somente mais um exemplo das inúmeras injustiças e subjugações que o Exército vinha sofrendo há anos. Conectadas a essas experiências ruins estariam as ações dos oficiais reformistas voltadas à construção do futuro que projetavam. Observamos que os protestos realizados por intermédio do jornal, e principalmente na Câmara dos Deputados, podem ser lidos como exemplos de um comportamento político orientado pela cultura política do progressismo militar.

Considerações finais

O jornal *O MILITAR* constitui uma excelente fonte para a compreensão das ideias que circulavam na Escola Militar da Corte/Central após a implementação da Lei de promoções de 1850.

Além de serem reverberados por parcelas da oficialidade, esses postulados se propagaram para fora da caserna, mantendo-se influentes nas décadas seguintes. A importância desses preceitos pode ser comprovada pela observação de que eles se fizeram presentes em outros periódicos militares e nas políticas que Floriano Peixoto buscou implementar durante seu mandato presidencial.

Publicado entre os meses de fevereiro e julho de 1855, o jornal *O MILITAR BRIOSO* criticava o excessivo poder dos magistrados, reivindicava modificações na representação nacional de modo a torná-la mais condizente com a vontade da população e postulava melhores condições salariais e de trabalho para os oficiais (Nascimento, 2013, p. 30-32). Situado algumas décadas à frente, entre os anos de 1881 e 1882, o periódico *TRIBUNA MILITAR* defendia o recrudescimento do processo de industrialização do Brasil e a abolição da escravidão. Por ter sido publicado após a Guerra do Paraguai (1864-1870), essa folha pleiteava energicamente a necessidade de modernizar e aprimorar a organização do Exército, demanda conectada com a experiência brasileira no conflito platino e com a segurança nacional (Saes, 2011, p. 49-51, 55-56 e 62). Para afirmar que os responsáveis por esses periódicos e os sujeitos que partilhavam das ideias presentes nos mesmos conformaram uma cultura política própria, seria preciso constatar a existência das características descritas por Serge Berstein, em especial no que concerne ao tempo necessário para se impor como política normativa e a sua capacidade de orientar o comportamento político.

Baseado no que foi exposto ao longo do presente artigo, acreditamos ter comprovado nossa hipótese referente a viabilidade de examinar progressismo militar à luz do conceito de cultura política. Ainda que nem todos os elementos apresentados por Serge Berstein para identificar essa categoria possam ser encontrados no progressismo militar, isto não nos impossibilita de compreendê-lo como sendo uma cultura política. Percebemos que o aspecto mais importante desse fenômeno – ser o núcleo duro responsável por determinar o comportamento político adotado pelos indivíduos – é algo presente no progressismo militar.

Para além de apresentar um determinado comportamento político, a forma particular com que os oficiais reformistas protestaram no caso do celibato militar nos permite especular sobre a existência de outros gestos, ritos e formas de agir que os caracterizavam. No entanto, considerando os limites da documentação empregue como fonte, um periódico com 27 edições disponíveis e que circulou por um curto espaço de tempo, nossas possibilidades de analisar esses sujeitos em pormenor são reduzidas. Se uma investigação focada nos responsáveis pela folha poderia propiciar novas

informações sobre os oficiais reformistas, o fato do jornal não identificar nominalmente quem eram os seus redatores e os encarregados pela publicação constitui uma barreira para tal pesquisa.

Mesmo diante de tais lacunas presentes na documentação, a mobilização do conceito de cultura política potencializou a compreensão sobre a trajetória da oficialidade reformista do Exército e também de Floriano Peixoto, o adepto mais notório do progressismo militar. Através dos exemplos do celibato militar e da atuação política do 2º presidente da República, foi possível notar a importância das ideias apresentadas pelo jornal *O MILITAR* e como elas se mantiveram influentes, não apenas na caserna, décadas após o periódico ter cessado definitivamente. Devido aos resultados alcançados, acreditamos que a relação entre cultura política e progressismo militar é um elemento que permite melhor compreender as transformações enfrentadas pela caserna a partir da 2ª metade do século XIX, o significado e as consequências do surgimento de uma oficialidade moldada a partir de uma formação renovada, e os objetivos perseguidos pelo Governo Floriano Peixoto. A indicação de outros eventos, dentro e fora do Exército, impactados pela cultura política do progressismo militar, é algo que carece da descoberta de novas fontes para ser comprovado.

Referências

Fontes Primárias

O MILITAR. Rio de Janeiro, 1854-1855 e 1860-1861. Periódico disponível em versão microfilmada na Hemeroteca Digital do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Bibliografia

BERSTEIN, Serge. **A cultura política.** In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Por uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto/Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GUIMARÃES, Valéria Dos Santos. **Entrevista com Roger Chartier - Representações das práticas, práticas da representação.** São Paulo: História (São Paulo), vol. 40, 2021.

- LEMOS, Renato. **PEIXOTO, Floriano**. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- MOREL, Marco. O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais. Rio de Janeiro: **Revista Maracanan**, vol.3, n.3, 2014.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009.
- NASCIMENTO, Fernanda Santos. A imprensa militar no século XIX: o periódico O Militar Briosso. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro: vol. 9, n. 18, 2013.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o Florianismo**. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques. **Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo**. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques. **Um projeto econômico: análise do jornal Tribuna Militar (1881-82)**. In: VIII Congresso brasileiro de história econômica e 9ª Conferência internacional de história de empresas. Campinas, 2009.
- SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Revista Almanack**. Guarulhos: n. 04, 2012.
- SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1897**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.
- SILVA, Daniela Marques da. A lei de promoções do exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. **Revista Temáticas**. Campinas: vol. 28, n. 56, 2020.
- SOUZA, Adriana Barreto de. O Militar e a elaboração de um projeto alternativo de modernização para o Brasil (1854-1855). **Revista Navigator**. Rio de Janeiro: vol. 9, n. 18, 2013.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.